

CONGRESSO

Planalto cede e editará decreto sobre armas

Após pressão da oposição, líder do governo diz que Lula fará ajuste no texto. Executivo deve afrouxar regra a respeito da instalação de clubes de tiro perto de escolas

» RAFAELA GONÇALVES

Após um acordo entre o governo e o Congresso, foi retirado de pauta o projeto de decreto legislativo (PDL) que anulava termos do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o acesso a armas de fogo e as restrições a clubes de tiros. Segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), um novo texto, atendendo às demandas da oposição, será publicado até segunda-feira para “corrigir as distorções”.

Um dos pontos mais polêmicos diz respeito à proibição de que clubes de tiro desportivo fiquem a menos de um quilômetro de distância de escolas públicas ou privadas. Pelo decreto presidencial, os empreendimentos já estabelecidos teriam 18 meses (a partir de julho de 2023) para mudar de endereço. Com o acordo, a distância mínima valerá apenas para novos estabelecimentos, abertos depois da publicação do decreto original. Os clubes instalados continuarão funcionando.

Wagner, que se reuniu com Lula ontem, lembrou que a sustação de trechos do decreto poderia causar lacunas sobre outros pontos na legislação. Por esse motivo, a edição de um novo decreto seria mais adequada.

“Esse acordo o presidente chancelou, imagino que já estejam elaborando um decreto que corrija essas questões. A partir do momento em que você faz um consenso, em um novo decreto, acho que o texto vai ficar equilibrado”, disse o líder a jornalistas.

Sobre a localização dos clubes, o relator da matéria, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), sempre defendeu que cabe às administrações municipais regulamentar os estabelecimentos. O maior ponto de crítica era que a mudança prejudicaria clubes já instalados.

“No decreto não ficou estabelecido se ia ter indenização, como é que seria essa indenização para esses clubes de tiro. Essas pessoas que têm um clube de tiro autorizado pelo

Pedro França/Agência Senado



Segundo o líder do governo, Jaques Wagner (E), o novo decreto será publicado até segunda-feira



Acho que todo acordo é bom quando é bom para as duas partes. Em democracia ninguém sai com 100%, sair com 100% é autoritarismo. Na minha opinião é um acordo bom para os dois lados”

Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado

governo, que investiram milhões, que geram emprego e renda. Quem arcaria com esse prejuízo?”, indagou.

Com o entendimento de que as regras serão válidas apenas para novos empreendimentos, ele acredita que se chegou a um meio-termo. “Chegamos a um entendimento de que o governo fará um novo decreto corrigindo essas distorções e, com isso, preservará não somente os clubes de tiro, mas milhares e milhares de empregos pelo nosso país”, afirmou.

Ainda não foram detalhados os termos cedidos pelo governo, no entanto, o líder adiantou que um ponto que será alterado é a questão da mudança de categoria das armas. O decreto de Lula veda a destinação da arma de fogo restrita para atividade diferente daquela declarada na compra. Outra alteração será na atual exigência de que as armas de fogo históricas e as que fazem parte de acervo de coleção sejam declaradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), celebrou o acordo e reforçou não haver “possibilidade de inovar” por meio do projeto de decreto legislativo, conforme tramitava na Casa. “É o chamado 8 ou 80, ou mantém o decreto, ou susta essa parte que extrapola. O acordo celebrado, então, foi de nos abstermos da votação do projeto de decreto legislativo, para que um novo decreto presidencial seja editado sem esses aparentes excessos que extrapolam os limites regulamentares do decreto presidencial”, frisou.

Questionado se o governo teria saído perdendo, ao ter que afrouxar as regras conforme a solicitação da oposição, Jaques Wagner preferiu defender que todos saíram ganhando. “Acho que todo acordo é bom quando é bom para as duas partes. Em democracia ninguém sai com 100%, sair com 100% é autoritarismo. Na minha opinião é um acordo bom para os dois lados”, comentou o líder.

Avança pacote de retaliação ao STF

» EVANDRO ÉBOLI

O pacote de retaliação do Congresso contra o Supremo Tribunal Federal (STF) avançou, ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, colegiado presidido pela bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), que pautou apenas essas matérias — duas emendas constitucionais e dois projetos de lei — na sessão.

As PECs foram destravadas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no meio da crise com a Corte, logo após o ministro Flávio Dino suspender o pagamento de emendas parlamentares, condicionando a liberação à garantia de transparência e rastreabilidade dessa verba.

Na reunião, ontem, as duas emendas constitucionais e os dois projetos de lei tiveram seus relatórios lidos, a oposição mostrou ter maioria para aprová-los, mas o governo usou o regimento e pediu vista no momento de votar. Esse expediente permite adiar a votação por duas sessões do plenário da Câmara. O pacote anti-STF só deve ser apreciado no esforço concentrado de setembro, previsto para ocorrer entre os dias 9 e 11.

As duas PECs preveem a autorização para o Congresso sustar decisões do tribunal que supostamente exorbitem funções da Câmara e do Senado — de inspiração bolsonarista — e outra que limita as decisões monocráticas dos ministros da Corte, já aprovada no Senado.

Por sua vez, os dois projetos de lei versam, um deles, sobre a

Evandro Éboli/CB Press



Bolsonaristas ocupam a primeira fila da CCJ e atuam a favor do pacote

imputação de crime de responsabilidade a ministro do STF que “usurpar” a competência do Congresso, e o outro autoriza que um pedido de impeachment contra algum integrante do tribunal seja apreciado pelo plenário do Senado mesmo que o presidente da Casa arquite o caso.

Apesar do adiamento da votação, a oposição, com apoio de partidos da base do governo, mostrou ter voto suficiente para aprovar a admissibilidade das emendas constitucionais. A cada apreciação de uma das propostas, o Executivo apresentava pedido de sua retirada de pauta, que ia a voto. E a oposição venceu essas quatro votações com facilidade, com placares que variaram de 36 a

39 posições contra a retirada (da oposição) e 16 a 19 a favor (do governo).

Deputados do União Brasil, do Republicanos, do PP e do PSD orientaram pela manutenção da votação, o que assinala serem favoráveis no mérito à retaliação ao STF.

“Vingança esdrúxula”

Parlamentares dos dois lados se manifestaram. Para os governistas, trata-se de uma “vingança esdrúxula” contra o STF; e a oposição nega, diz se tratar de uma “harmonização dos Poderes” e fim da “ditadura” do tribunal.

“Trata-se de uma sessão de pura vingança contra o Supremo. Essa sessão é esdrúxula. Pura vendeta”, acusou Chico Alencar

(PSol-RJ). A oposição rebateu: “Trata-se de uma pauta da responsabilidade. E contra a barbárie e a censura que estão sendo impostas, com parlamentares presos, quase dois mil (bolsonaristas do 8 de janeiro) sendo julgados pelo STF, sem terem prerrogativa de foro. Vamos assistir a isso e achar normal?”, afirmou Bia Kicis (PL-DF).

Os relatores das quatro propostas, escolhidas por Caroline de Toni, são bolsonaristas e com duros discurso contra ministros do STF: Marcel Van Hattem (Novo-RS), Alfredo Gaspar (União-AL), Luiz Philippe Orleans e Bragança (PL-SP) e Gilson Marques (Novo-SC).

Van Hattem substituiu Filipe Barros (PL-PR), na última hora, na relatoria da PEC que restringe decisões monocráticas de ministros do tribunal. Segundo a presidente da CCJ, Barros abriu mão de relatar porque estava cuidando dos preparativos da viagem do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Paraná.

No seu voto, o deputado do Novo deu parecer pela admissibilidade da proposta. “Não é possível que um único ministro do STF, numa única canetada, suspenda o que foi validado e aprovado pelos representantes do povo no Congresso. O mandato parlamentar tem valor”, argumentou.

Para o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), a sessão de ontem foi revanchista. “O revanchismo é um péssimo conselheiro. Atacar o Supremo é um erro insano. Fere a separação entre os Poderes. É um desserviço à democracia”, discursou o deputado comunista.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Marçal desponta no mundo de sombras

Platão, o filósofo grego autor de *A República*, quando pensou em demonstrar a cegueira dos homens diante de um mundo de aparências, atribuiu a Sócrates, personagem central do livro, a história conhecida por *Mito da Caverna*, ao qual já nos referimos em outras colunas, porque tem a ver com momentos recorrentes da nossa política, como agora, no processo eleitoral de São Paulo.

Na fábula de Platão, homens estão presos por argolas no fundo de uma caverna escura. Sempre viveram ali, sem poder olhar para trás, onde um fogo arde, a certa distância, e irradia uma luz que se projeta nas paredes. Veem apenas formas humanas, bruxuleantes. Pensam que é a realidade. Mas veem apenas suas próprias sombras. É o único mundo que conhecem, o mundo sensível, o mundo das aparências.

Reflexos da luz verdadeira (suas ideias) projetam as sombras, que são tomadas por verdadeiras. A realidade somente aparece para quem sai da caverna. Por analogia, uma parcela do eleitorado paulistano parece aprisionada em uma caverna. Levantamento do instituto Veritá Pesquisa, divulgado pela revista Veja ontem, mostra que o empresário e coach Pablo Marçal (PRTB) assumiu a liderança da disputa pela Prefeitura de São Paulo. A 40 dias da votação do primeiro turno, ele aparece com 36,3% das intenções de voto, seguido pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSol), com 25,4%, e pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 16,7%.

Depois, aparecem o apresentador José Luiz Datena (PSDB), com 7,4% do eleitorado; a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com 6,9%; e a economista Marina Helena (Novo), com 4,2%. Dentro da margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, os três nomes encontram-se em empate técnico na quarta posição. Marçal teria aberto 11 pontos em relação a Boulos e 20 pontos em relação a Nunes.

A pesquisa é desqualificada pelos adversários de Marçal, que atribuem falta de credibilidade ao instituto responsável pelo levantamento, porém, outras pesquisas virão. Hoje mesmo, a Quaest divulgará um novo levantamento sobre a disputa em São Paulo. No seu último levantamento, ainda no fim de julho, o coach somava apenas 12% das intenções de voto, atrás de Nunes (20%), Boulos (19%) e Datena (19%). A se considerar as duas pesquisas, quanto mais apanha, mais o candidato outsider avança na corrida rumo à Prefeitura de São Paulo.

O resultado da pesquisa Veritá, de tão surpreendente, é quase inverossímil. É um avanço muito além do último DataFolha, divulgado em 22 de agosto, no qual Marçal marcou 21%, no mesmo patamar do deputado Guilherme Boulos (PSol), que oscilou de 22% para 23%, e de Nunes, que caiu de 23% para 19%. Em sendo verdadeira a vantagem de Marçal, Tabata Amaral acertou quando escolheu como principal adversário, em vez de Boulos e Nunes.

Perfis proibidos

Na fábula de Platão, Tabata seria como o ex-prisioneiro que conseguiu sair da caverna e resolver contar o que viu fora dela aos demais prisioneiros, porém ninguém acreditou e todos passaram a tratá-lo como louco. As denúncias duríssimas de Tabata contra Marçal nas redes sociais

até agora não surtiram efeito no eleitorado. Em vez de motivar a saída, mais pessoas foram atraídas para a caverna do coach nas redes sociais, como aqueles 60 seguidores que subiram o Pico dos Marinês, em Piquete, no interior de São Paulo, sob péssimas condições climáticas, e se perderam no local, a 2.400 metros de altitude, sendo resgatado por equipes de socorro.

A esperança de todos os demais candidatos é de que a propaganda eleitoral de rádio e televisão ilumine a caverna, mas essa é uma aposta feita algumas vezes, mas que fracassou. Com o advento das redes sociais, ninguém tem a garantia de que a propaganda oficial de rádio e tevê seja suficiente para neutralizar a propaganda do outsider nas redes. Marçal quase não tem tempo na propaganda oficial.

Por isso, bani-lo das redes passou a ser tão importante, principalmente por causa da sua virulência e das mentiras. A Justiça Eleitoral de São Paulo já suspendeu os perfis de Marçal no Instagram, no X, no TikTok, no Discord e no YouTube. A medida também atinge o site oficial do influencer, que acusa a Justiça Eleitoral de violar a liberdade de expressão e de perseguir sua candidatura. O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo deve julgar o recurso e, qualquer que seja a decisão, o caso deve bater no TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Para burlar a decisão judicial, Marçal teria usado perfis alternativos, o que pode complicar ainda mais a sua situação. O caso é emblemático para o TSE, que recebeu, nos últimos 10 dias, mais de 14 mil informes de propaganda eleitoral irregular, média de uma denúncia por minuto. Pelo calendário eleitoral, a propaganda eleitoral começou em 16 de agosto. São Paulo (2.838), Minas Gerais (1.571), Pernambuco (1.567) e Rio Grande do Sul (1.244) são os estados com mais denúncias, sendo 7.325 contra candidatos a vereador.

NINGUÉM TEM A GARANTIA DE QUE A PROPAGANDA OFICIAL DE RÁDIO E TEVÊ SEJA SUFICIENTE PARA NEUTRALIZAR A PROPAGANDA ENGANOSA DO OUTSIDER NAS REDES SOCIAIS